



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , de 2014

(do Sr. Zequinha Marinho)

Requer a realização de Seminário para discutir os riscos associados à legalização da comercialização e consumo de maconha.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, XIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Exa., ouvido o plenário desta comissão, a realização de um SEMINÁRIO com o seguinte tema: “Riscos e impacto negativo associados à legalização da maconha”. Sugiro as seguintes pessoas para compor a mesa de discussão do seminário:

- Sr. Jean Wyllys – Deputado Federal (PSOL-RJ), autor do PL 7270/2014, que “regula a produção, industrialização e comercialização de Cannabis”;
- Sr. Marco Feliciano – Deputado Federal (PSC – SP);
- Sr. Filipe de Almeida Pereira – Secretário de Estado de Prevenção a Dependência Química do Rio de Janeiro (SEPREDEQ – RJ);
- Sr. Sérgio Harfouche – Promotor de Justiça da Infância e da Juventude no Mato Grosso do Sul;
- Sr. Içami Tiba – médico psiquiatra, autor de livros que alertam sobre o uso de drogas por adolescentes;
- Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira – médico psiquiatra especializado em dependência química, diretor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas do CNPq;
- Sra. Marisa Lobo Franco Ferreira Alves – psicóloga, com pós-graduação em saúde mental, coordenadora da campanha “Maconha não”;
- Sr. Antônio Geraldo da Silva – presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria;
- Sr. Marcos Muccillo Daudt – vice-presidente do FICAR – Instituto Igor Carneiro.



JUSTIFICATIVA

Há um intenso lobby no país que tem como objetivo promover a legalização da maconha em sentido amplo – produção, comercialização e consumo. Tal lobby se apresenta sob diversas formas: artigos na imprensa, opiniões de pessoas influentes e desinformadas e manifestações de rua como as “Marchas da maconha”, que ocorreram em diversas capitais do país. Esse trabalho de promoção da legalização da maconha culminou recentemente com a apresentação do Projeto de Lei nº 7.270 de 2014, de autoria do Sr. Jean Wyllys (PSOL-RJ), que “regula a produção, a industrialização e a comercialização de Cannabis, derivados e produtos de Cannabis”.

Defensores da legalização da maconha alegam que os males causados pelo abuso de álcool e o tabaco são mais intensos que aqueles causados pela maconha. A afirmação não leva em consideração que a maconha hoje é proibida não porque causa menor ou maior dano e sim por ser uma droga psicotrópica psicoativa que afeta o sistema nervoso central principalmente em jovens e crianças que ainda estão em formação e que são os maiores abusadores dessa droga. Sua legalização vai provocar um aumento de consumo e de casos de abuso entre esses jovens que são as vítimas desse consumo que provoca quebra de vínculos familiares e uma entrada precoce em um mundo de prazer que não está preparado para enfrentar. Esses casos de abuso de maconha serão adicionados aos casos de abuso de álcool e tabaco, o que agravará o quadro de saúde pública de males associados ao consumo de drogas lícitas.

A legalização da maconha vai fazer com que essa substância, assim como já o são o álcool e o tabaco, fique mais acessível a uma parcela da população especialmente vulnerável: crianças e adolescentes. Não podemos negligenciar a interação entre essas três drogas que potencializa ainda mais seus efeitos perturbadores. Os efeitos deletérios do álcool, tabaco e maconha sobre o cérebro humano são bem conhecidos, vale lembrar os problemas motores que podem fazer aumentar ainda mais o número de acidentes ao volante, acidentes de trabalho e violência doméstica, haja visto o grande



CÂMARA DOS DEPUTADOS

potencial de desencadear surtos psicóticos como qualquer outra droga perturbadora do sistema nervoso central como é o caso da maconha. Esses efeitos são ainda mais graves sobre os cérebros de crianças e adolescentes, que ainda se encontram em estágio de formação.

O último levantamento da Unifesp, patrocinado pela CNPq, comprova que 75% da população é contrária à legalização da maconha. O álcool e o cigarro, consideradas drogas legais, são responsáveis pela maior parte dos problemas de saúde pública do nosso país. Legalizar mais uma droga, especialmente uma com efeitos alucinógenos como a maconha, vai causar impacto direto na saúde pública, nas portas das escolas e nas famílias que perderão uma das vias de prevenção: a lei.

Pelos motivos aqui apresentados, entendemos ser pertinente a realização de um Seminário que alerte sobre os impactos que a legalização da maconha pode trazer à sociedade, especialmente no tocante à saúde de crianças e adolescentes e segurança pública.

Sala das Sessões, de de 2014.

Deputado ZEQUINHA MARINHO
PSC / PA